REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaristas jogam contra

Ala de apoiadores do ex-presidente dentro do PL guia o partido, e parte da oposição, para impedir que matéria vá a votação nesta semana

Deputados aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se dizem contrários à proposta de reforma tributária, prometem se opor à votação — prevista para ocorrer até sexta-feira. Na segunda-feira, o PL — dono da maior bancada na Câmara, com 99 integrantes — bloqueou a votação do projeto que altera o funcionamento do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), que está trancando a pauta na Casa. Parlamentares da legenda dizem que esse foi um "recado" a Lira de que a mudança nos impostos "não está madura".

A oposição dos bolsonaristas do PL à reforma começou a ganhar corpo no fim de semana, após um tuíte do deputado Eduardo Bolsonaro (SP). "Adianto meu voto contrário. O brasileiro não aguenta mais imposto, quanto mais o pobre", escreveu o filho do ex-presidente, reverberando crítica da Associação Brasileira de Supermercados de que a reforma encarecerá a cesta básica. O governo diz que os cálculos estão errados.

O próprio Bolsonaro se manifestou contra a reforma em tramitação, elevando a temperatura do debate. "Reforma tributária do PT: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres. Do ex-posto, o presidente do PL e seu líder na Câmara dos Deputados encaminharão, junto aos seus 99 deputados, pela rejeição total da PEC da reforma tributária", tuitou.

> **Reforma tributária do PT: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres. PL e seu líder na Câmara encaminharão pela rejeição total"**
>
> ***Tuíte do ex-presidente Jair Bolsonaro, direcionando a bancada do partido***

Sem radicalismo

Em reação, o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que não permitirá que o tema seja contaminado por "política radical". "Não vou entrar em briga de Bolsonaro e Lula, nem de ninguém", disse, ao reforçar que a proposta não é de esquerda nem de direita.

Membro da ala do PL classificada como mais moderada, o deputado Luiz Carlos Motta (SP) afirmou que se o relator aceitar "consertar" o texto à luz das propostas feitas pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, "fica mais fácil para defender (a reforma)".

Uma das principais peças no xadrez da oposição será o posicionamento do governador paulista, que negocia mudanças no texto na reta final da votação. Aguinaldo Ribeiro estuda rever a centralização da arrecadação, após pressão de Tarcísio.

Na segunda-feira, o relator disse que avalia a possibilidade de incluir na proposta um dispositivo que determina que os impostos gerados em operações de compra e venda realizadas no estado sejam mantidos na mesma unidade da Federação.

Lira nega adiamento pedido por prefeitos

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente da Câmara, Arthur Lira, recusou o pedido dos prefeitos, com os quais se reuniu ontem, de adiar a votação da reforma tributária — que ele pretende levar a Plenário até sexta-feira. Os chefes dos poderes executivos municipais alegam que não foram consultados durante a tramitação da matéria e que o texto, da forma como está elaborado, os prejudica e retira arrecadação das cidades. Lira admitiu, apenas, que enquanto a proposta de emenda constitucional (PEC) não for votada, é possível apresentar sugestões que possam ser agregadas ao texto do relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Segundo o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, os que os municípios querem é, sobretudo, ter espaço para apresentar aquilo que defendem. "A Frente não foi ouvida, como foram os governadores e outros setores. Queremos ser ouvidos porque representamos 60% da população brasileira. Ele (Lira) não aceitou nossa posição de adiamento e disse que votará até sexta-feira, se tiver quórum. Mas abriu a possibilidade de trazermos sugestões", disse Nogueira.

A FNP afirma com ênfase que o modelo atual da reforma de prejudicar os municípios e a sociedade, pois aumentaria os impostos. "A resposta (de Lira) é que ele vai levar para o relator o caso da manutenção do ISS (Imposto Sobre Serviços) nos municípios, mas que haveria dificuldade. Enviamos a todas as bancadas nossa posição contrária à PEC. Estamos solicitando que adiem a votação. Essa é a nossa proposta mais imediata e dar tempo para que possamos ser ouvidos", observou.

Bruno Spada/Agência Câmara



Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo, fala após reunião com Lira. Municípios enxergam várias lacunas na proposta

Falta de clareza

Segundo nota da FNP, divulgada depois da reunião com Lira, "o texto que avança na Câmara traz incertezas para os municípios e para o cidadão. A palavra 'poderá', por exemplo, aparece 26 vezes na proposta, o que reforça a falta de clareza sobre o modelo", aponta.

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), foi categórico ao dizer que a proposta do relator favorece a concentração dos recursos nas mãos do governo federal, uma vez que altera a forma de cobrança e recebimento do ISS — principal fonte de arrecadação dos municípios. Ele disse não ser contra a reforma, mas afirma que mexe com um imposto cuja arrecadação vem aumentando e que não gera problemas com outros municípios — ao contrário do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alvo de disputas entre estados e principal arma da "guerra fiscal".

Já o prefeito de Florianópolis, Topázio Neto (PSD), salientou que a capital catarinense tem crescido por ter se tornado atrativo em função da boa estrutura para fazer negócios e proporcionar qualidade de vida. Segundo ele, se houver mudanças no ISS todos os avanços obtidos pelo município serão afetados, sem contar que os municípios vão depender dos repasses da União. "Os prefeitos ficam desanimados e sem autonomia criativa para melhorar arrecadação e prestação de serviços", afirmou.

» LEIA MAIS **na página 7**

Informe Publicitário

A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA AUMENTA IMPOSTOS. É PRECISO UM PROJETO MAIS JUSTO PARA GARANTIR OS SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE.

O MODELO EM DISCUSSÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS TIRA RECURSOS DOS MUNICÍPIOS E VAI PREJUDICAR SERVIÇOS BÁSICOS, COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE.

A simplificação do sistema de arrecadação de impostos é urgente, mas não pode aprofundar ainda mais a injustiça e seguir cobrando mais de quem ganha menos, prejudicando o acesso a serviços básicos pela população que mais precisa.

Prefeitas e Prefeitos apoiam a reforma, mas são contra aprovar propostas que aumentam impostos para a população, como é o caso do projeto que foi apresentado na Câmara dos Deputados.

Essas mudanças propostas desrespeitam a Constituição Brasileira e o pacto federativo ao tirar recursos dos municípios e prejudicar serviços essenciais, como Saúde, Transporte e Educação.

Questione e cobre o seu deputado federal.

Se a sua cidade perde, você também perde.

UMA CAMPANHA DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS